

FERDINAND DENIS E O SÉCULO XVI – O MODERNO EM DISPUTA*

Regina Zilberman**

Resumo: Ferdinand Denis, no *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, lida com os critérios que balizam a historiografia da literatura no começo do século XIX: a periodização em séculos, a valorização do caráter nacional, a ênfase na cor local. Ao examinar a literatura do século XVI em Portugal, que considera o “grande século”, denominação que emula o “*grand siècle*” do Classicismo francês, expõe sua concepção de História e de História da Literatura, definida simultaneamente pelos princípios de modernidade e de modelo a ser seguido pelos poetas.

Palavras-chave: Caráter nacional. Periodização. Modernidade.

A HISTÓRIA DA LITERATURA: GÊNERO E FUNÇÃO

■ **O** *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, de Ferdinand Denis (1798-1890), publicado em 1826, pertence ao grupo das obras dedicadas à narração da história de uma literatura nacional que começou a florescer a partir das primeiras décadas do século XVIII. A *Histoire littéraire de la France*, iniciada em 1733 pelos beneditinos da Congrégation de Saint Maur, parece ter inaugurado o gênero, a que pertencem a *Historia literaria de España*, elaborada a partir de 1766 pelos frades Rafael (1725-1787) e Pedro Rodriguez Mohedano (1772-1773), a *Storia della letteratura Italiana*, que Girolamo Tiraboschi (1731-1794) redigiu entre 1772 e 1782, a *History of english poetry from the close of the eleventh to the commencement of the eighteenth century*, de Thomas Warton (1728-1790), lançada

* Apresentado originalmente no Colóquio Renascimento Português: desafios e novas linhas de investigação, realizado pela Universidade de Oxford e Associação Internacional de Lusitanistas, entre 28 e 30 de junho de 2013.

** Doutora em Romanística pela Universidade de Heidelberg (Alemanha). Professora adjunta de Literatura Portuguesa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre – RS – Brasil. E-mail: regina.zilberman@gmail.com

entre 1774 e 1781, e o *Compendium der Deutschen Literaturgeschichte von den Ältesten Zeiten bis auf das Jahr 1781*, de Erduin Julius Koch (1764-1834), de 1790, o único exemplo até então de uma história literária contida em um único volume.

Essas obras apresentam algumas características importantes para a fixação do gênero, que, antes do século XVIII, era praticamente desconhecido enquanto campo autônomo: definem-se pela nacionalidade das literaturas com que lidam; essas nacionalidades relacionam-se ao emprego de uma língua comum, prescindindo, em alguns casos, do Estado-nação a que se associariam, como ocorre às histórias consagradas respectivamente às literaturas alemã e italiana; organizam a matéria em termos cronológicos, escolhendo datas significativas da história local para identificar os períodos literários. Essas datas relacionam-se à política, quando se tratar da gestão de reis e imperadores, ou, na falta de melhor opção, aos séculos enquanto um recorte facilmente reconhecível; procuram acompanhar a trajetória literária desde as origens – desde *den Ältesten Zeiten*, como indica o título da obra de Koch – até a atualidade, consoante um avanço ininterrupto.

À época do aparecimento das primeiras histórias da literatura, dominavam os estudos literários a Gramática e a Retórica, hegemônicas desde a Antiguidade, que, na Idade Média, compuseram o *trivium* e contavam com a escola enquanto seu principal espaço de difusão. A Poética ressurgiu com as traduções de Aristóteles (384-322 a.C.) para as línguas vernáculas europeias, e alcançou o auge no século XVII graças ao impacto de *L'art poétique*, de Nicolas Boileau-Despréaux (1636-1711).

Compêndios de gramática, retórica e poética incluíam textos literários na qualidade de exemplos a obedecer, descartando o foco relativo a seu passado e transformações. Assim, as histórias da literatura começam a ser elaboradas sem ter atrás de si algum precedente ou modelo, o que as configura como gênero original e independente. Seu aparecimento, por outro lado, não é espontâneo ou marginal; pelo contrário, integra-se à chamada *long revolution* (WILLIAMS, 1980), caracterizada pela consolidação da economia capitalista, aumento das camadas urbanas e difusão do letramento, provocando ampliação do público leitor. Jürgen Habermas (1984) destaca a mudança estrutural da esfera pública, decorrente da maior participação das pessoas na vida política, ponto de partida dos movimentos emancipatórios de que advém a formulação de um projeto coletivo de partilha do poder do Estado.

No campo do saber, reaparece o interesse pela História. Praticada desde a Antiguidade e reanimada, nos séculos XIV e XV da era cristã, por cronistas como Jean Froissart (c. 1337-c. 1405) e Fernão Lopes (138?-146?), a História não era então considerada uma ciência. É o que Giambattista Vico (1668-1744) propõe na *Ciência Nova*, publicada originalmente em 1725 e, em edição revisada, em 1744. A ela competia “o estudo da *história*, tendo como objeto o curso das modificações ocorridas nas mentes dos homens e como método a compreensão imaginativa” (FIKER, 1994, p. 10). Vico adota igualmente uma teoria para o desenrolar da história da humanidade, que se dá em etapas ou fases, conforme resume Hayden White (1986, p. 200): “Vico caracteriza os estágios pelos quais todas as culturas devem passar como a idade dos deuses, a dos heróis e a dos homens”.

As idades, por sua vez, associam-se ao desenvolvimento físico e intelectual do ser humano, sendo que a primeira “se caracteriza pelos tipos de relação que

as crianças mantêm com os seus mundos” (WHITE, 1986, p. 200). A segunda idade é a “dos heróis”, “porque nela os homens começaram a se identificar com as forças espirituais de que dotaram a natureza” (WHITE, 1986, p. 200). Por último, a terceira idade, a “dos homens”, “a idade da razão na história de uma cultura ou sociedade, uma idade muito mais de reflexão e conciliação que de poder e luta”, que, porém, “traz consigo as sementes de sua própria destruição”. Por consequência, “a cultura mergulha espontaneamente na decadência [...] ou se torna presa de inimigos externos, [...] fornecendo assim as condições para o começo de um novo ciclo e um novo reciclo, um mundo sem fim” (WHITE, 1986, p. 200-201).

Pode-se reconhecer, na concepção emergente de história, a dívida para com a Querela dos Antigos e dos Modernos, desencadeada ao final do século XVII, que opôs, entre os membros da Academia Francesa, os admiradores da arte greco-romana, a ser perenemente imitada, como queria Boileau, e os favoráveis à inovação e à valorização do presente, conforme proclamava Charles Perrault (1628-1703). Hans Robert Jauss (1973, p. 180) observa que os modernos, para justificar suas teses, fundamentam-se na “metáfora do crescimento e das idades da vida”, bem como no “caráter de ciclo completo apresentado pelo desenvolvimento de cada civilização”. A Querela, pois, antecipa o padrão com que lida a historiografia do século XVIII: a concepção da história conforme os ciclos da vida humana, metaforizada e reproduzida pela ascensão e queda das civilizações.

Paul Hazard (1973) sublinha a importância da Querela, em que identifica a “crise da consciência europeia”, a saber, o desconforto e a reação das gerações emergentes, que se anunciavam como modernas, em oposição aos antigos, tornados sinônimos de velhos e ultrapassados. O embasamento de ordem biológica, segundo o qual as transformações físicas do ser humano se reproduzem no âmbito da trajetória dos povos e da cultura, era conveniente, pois sustentava a noção de que presente era superior ao passado, ao mesmo tempo que conferia à tese o peso da verdade científica.

Jauss (1965, p. 168) chama a atenção para a circunstância de a Querela promover um novo significado para a modernidade, com consequências no pensamento ilustrado, ao final do século XVIII: conforme o Iluminismo, “no horizonte aberto de uma crescente perfeição do futuro, e não na imagem ideal de um passado perfeito, reside doravante a norma segundo a qual há que julgar a história do presente e há que medir sua pretensão de modernidade”. Jürgen Habermas (1998, p. 17), de certo modo, complementa a observação, ao afirmar que a noção de modernidade toma configuração particular, quando recusa modelos do passado e valoriza a si mesma enquanto critério de orientação: “A modernidade vê-se remetida para si própria sem que a isso possa fugir”; vale dizer, a modernidade “*tem de criar em si própria as normas por que se rege*”.

A emergência do conceito renovado de História e a ênfase na distinção entre antigos e modernos, com particular valorização conferida aos últimos, justificam a ascensão do segmento historiográfico dedicado à literatura. É sugestiva da consolidação da história da literatura enquanto gênero a encomenda de Napoleão Bonaparte (1769-1821) a Pierre-Louis Ginguené (1748-1816) de que completasse a história literária da França.

Também nesse período, que se estende do final do setecentos ao princípio do oitocentos, foram publicadas as histórias de objetos ditos universais, mas efetivamente europeus, a exemplo de *Dell'origine del progressi e dello stato attuale*

d’ogni letteratura (1782-1799), de Juan Andrés (1740-1817), em sete volumes; da *Geschichte der Neueren Poesie und Beredsamkeit* (1801-1819), de Friedrich Bouterwek (1765-1828); e *De la littérature du midi de l’Europe* (1813), de Sismonde de Sismondi (1773-1842). A organização desses projetos não contradiz o que então se fazia: as literaturas são divididas conforme suas respectivas nacionalidades linguísticas, alinham-se cronológica e continuamente ao longo dos séculos, e sua trajetória desdobra-se dos começos à atualidade. Nessas três obras há, pois, lugar para a literatura portuguesa, examinada em particular por cada um de seus redatores, nem sempre preocupados em se mostrar originais, já que seguidamente transcrevem as observações e as avaliações expostas pelo precedente.

Ferdinand Denis já dispunha de um padrão narrativo quando começou a redigir seu texto. Entende-se por que o designa *Résumé*, embora seu livro contenha 625 páginas, pois os autores que o antecederam, em suas respectivas histórias literárias, somavam volumes. Porém, não deixa de identificar seu objeto a partir da nacionalidade; e até vai mais longe, pois, consciente de que o português era a língua oficial de dois países independentes – Portugal e Brasil, este recentemente emancipado –, procura distinguir a matéria em dois *Résumés* distintos.

O “GRANDE SÉCULO” DE FERDINAND DENIS

O *Résumé de l’histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l’histoire littéraire du Brésil* divide-se em quatro partes: a mais longa destina-se à literatura de Portugal, com 35 capítulos e 512 páginas; o segmento dedicado ao Brasil conta oito capítulos e 88 páginas; antes dos resumos, apresenta-se um “Discurso Preliminar”, com 20 páginas numeradas em algarismos romanos. No final, estão registradas notas, com 13 páginas de dados acrescentados provavelmente quando a impressão do livro ia adiantada, o que impossibilitaria a incorporação daqueles ao texto principal.

Ao “Discurso Preliminar”, título que, de antemão, sugere a leitura e a simpatia para com as ideias de Madame de Staël (1766-1817), em *De la littérature*, compete a explicitação dos critérios empregados. O primeiro diz respeito à inclinação pela História da Literatura, e não pelos “dicionários biográficos”, que se contentam “com uma vã nomenclatura de obras”, em vez de propor “reflexões” e “análises” (DENIS, 1826, p. VII)¹. Eleita a História da Literatura, justifica sua metodologia de investigação, importada de Ginguené, segundo o qual a literatura acompanha os movimentos políticos. Staël, em *De la littérature*, bem como seu seguidor, Sismondi, em *De la littérature du midi de l’Europe*, valem-se de procedimento similar, mas Denis, nesse ponto, refere-se unicamente a Ginguené. Importa também de Ginguené uma perspectiva recepcional, quando destaca a circunstância de a ação dos autores se expandir para além de seu tempo, equivalente ao que Jauss (1970, p. VII-VIII) chama efeito diacrônico: “[Ginguené] deu a entender como a influência dos grandes poetas se expande sobre seus séculos: seu admirável talento, seu espírito reto, sua perseverança fizeram com que se conhecesse a extensão destes gênios”.

1 As citações, que traduzimos, provêm dessa edição, indicando-se as páginas em que se encontram.

Após esclarecer seus princípios e justificar a importância de divulgar a Literatura Portuguesa na França, o historiador propõe a repartição cronológica de seu objeto.

O tema não era novo, pois, antes dele, Bouterwek (1823) e Sismondi (1813) já haviam estabelecido uma divisão dos períodos da literatura portuguesa. O primeiro parece mais rigoroso, dividindo o volume dedicado à literatura de Portugal em três livros e propondo três períodos para ela. Porém, ao longo do desenvolvimento da matéria, acaba por se decidir por quatro fases, identificadas pelos séculos em que foram produzidas: do final do século XIII ao começo do século XVI; do começo do século XVI ao final do século XVII, época separada em duas: do começo do século XVI ao seu final; do fim do século XVI ao final do século XVII; e do final do século XVII ao fim do século XVIII.

Sismondi (1813, p. 275) é menos ortodoxo, mas, de todo modo, reconhecem-se em seu trabalho três grandes repartições: dos inícios, no século XII, ao século XV, quando, segundo ele, começa “a se ver nascer a literatura portuguesa; e a mesma época é também a do maior desenvolvimento do caráter nacional”; o século XVI, que considera “o século de glória” (SISMONDI, 1813, p. 281), contém o maior número dos autores examinados, abrindo com a poesia de Bernardim Ribeiro (1482?-1552?) e encerrando com a historiografia de Bernardo de Brito (1569-1617), conforme um arco temporal que se estende do reinado de Manuel I (1469-1521) à *perda da autonomia* política, em decorrência da crise sucessória após a morte de Sebastião (1554-1578) em Alcácer Quibir (1578); e um último período, caracterizado pela fragilidade política de Portugal e a decadência das manifestações literárias.

Em contraposição a esses moldes, Ferdinand Denis apresenta um recorte que considera original². Contrapondo-se aos precedentes (Bouterwek, principalmente), que indicaram “apenas quatro períodos” (p. X), acrescenta uma etapa composta pelos “sucessores imediatos de Camões, e [que] precede a decadência” (p. X), razão por que aquele período pareceu-lhe “muito distinto” (p. X). A seguir, sumaria “os homens mais notáveis que brilharam nas diversas épocas” (p. X):

1. Primeiro período: assinalado pela ação civilizadora de Dinis (1261-1325), pelo aparecimento de *Amadis de Gaula*, atribuído a Vasco de Lobeira (?-1403), e pela poesia de Bernardim Ribeiro³.
2. Segundo período: marcado pela atividade de Sá de Miranda (1481/1485?-1558?), Antônio Ferreira (1528-1569), Gil Vicente (1469?-1536?), Diogo Bernardes (c. 1530-1595?) e Pero de Andrade Caminha (1520-1589). Os maiores louvores dirigem-se a Luís de Camões (1524?-1580), a quem confere posição exponencial tanto por causa de *Os Lusíadas* quanto por sua dedicação à pátria lusitana.
3. Terceiro período: constitui o dado novo, na sua concepção, sendo ocupado pelos sucessores de Camões, nos quais repercute o sortilégio do poeta

2 Ainda que se julgue original, Denis pratica uma periodologia que não difere substancialmente do que Almeida Garrett (1799-1854) propõe na apresentação ao *Parnaso lusitano* (GARRETT, 1826), ao dividir a Literatura Portuguesa em cinco épocas, a que acrescenta a atualidade, não singularizada por uma denominação.

3 No “Tableau historique, chronologique de la littérature portugaise et brésilienne depuis son origine jusqu’à nos jours”, publicado em 1831, como parte do *Atlas historique des littératures, des sciences et des beaux-arts*, elaborado em parceria com Adrien Jarry de Mancy (1796-1862), Denis reitera a repartição em cinco períodos, mas reconhece a presença árabe na literatura portuguesa, de modo que o período inicial estende-se “da invasão árabe até a morte de Vasco da Gama, 711-1524” (DENIS; MANCY, 1831, p. 5).

épico, como ocorre a Francisco Rodrigues Lobo (1579/1580-1621/1622), Jerônimo Corte Real (1530?-1588), Vasco Mouzinho de Quevedo Castelo Branco (c. 1570-c. 1630), Gabriel Pereira de Castro (1571-1632) e Francisco Sá de Meneses (1600?-1661/1664).

4. Quarto período: corresponde à decadência. É contemporâneo, na França, do “século de Luís XIV” (p. XVI-XVII), fonte de influência sobre Portugal. O país foi subjugado pela Espanha, e sua literatura, em que predomina o mau gosto, expressa o declínio.
5. Quinto período: acolhe os autores do final do século XVII e, principalmente, os do século XVIII: o conde de Ericeira (1673-1743), o dramaturgo Antônio José da Silva (1705-1739) e os poetas alinhados com os princípios árcades.

A divisão em períodos dá conta dos poetas, sendo os prosadores tratados a seguir. De certo modo, o quadro dos prosadores duplica o dos poetas, mas o historiador da literatura não adota explicitamente o recorte cronológico: o primeiro período seria ocupado por Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara (c. 1404-1473/4) e pelo Bernardino Ribeiro de *Menina e moça*. Segue-se, no século XVI, a “Idade de Ouro da literatura portuguesa” (p. XX), de que participam Jerônimo Osório (1514-1580), João de Barros (1496-c. 1570), Fernão Lopes Castanheda (c. 1500-1559), Diogo do Couto (1524-1616), Afonso de Albuquerque (1500-1580?), Damião de Góis (1502-1574) e Fernão Mendes Pinto (c. 1510-1583). O terceiro período não acompanha cronologicamente a etapa identificada na poesia, sendo representada por prosadores atuantes no século XVII.

A circunstância de não encontrar simetria entre a poesia e a prosa, representada esta por historiadores, viajantes e oradores, talvez tenha sido a razão de Ferdinand Denis ter associado seus períodos apenas ao primeiro gênero. De todo modo, a simetria se evidencia naquele que considera o segundo período da Literatura Portuguesa, sua Idade de Ouro, assinalada por poetas como Luís de Camões e intelectuais como Jerônimo Osório.

Dois outros critérios assumidos por Denis não são explicitados no “Discurso Preliminar”, revelando-se no decorrer dos *Résumés*, ao serem aplicados tanto à literatura de Portugal quanto à do Brasil: a presença do caráter nacional e o emprego da cor local.

O nacional já fazia parte do cardápio dos estudos literários, na medida em que as histórias da literatura o empregavam assiduamente. Noções como as de povo, associado a um território, ainda que não necessariamente a um Estado ou a um governo, vigoravam desde o século XVIII, estimuladas por pensadores como Johann Gottfried von Herder (1744-1803), focado na busca das origens populares da língua e da cultura (HERDER, 1987). Não surpreende, pois, que, no volume destinado à Literatura Portuguesa, em *História da poesia e da eloquência*, Bouterwek (1823, p. 69) chame a atenção para o fato de Sá de Miranda escrever élogos “inteiramente nacionais”, embora adote o “estilo italiano”.

Nos 20 anos que apartam as obras de Bouterwek e de Denis, a concepção de nacional fortaleceu-se, em decorrência provavelmente dos sentimentos de pertença territorial desencadeados pela expansão napoleônica e consequente resistência das comunidades invadidas, como aponta Georg Luckács (1966), o que facultou a difusão do romance histórico. Por isso, o espírito ou caráter nacional torna-se ponto de honra na obra de Denis, aplicado a autores portugueses do

século XVI, sobretudo. No capítulo VII, é a partir daquele valor que se destacam as qualidades de Antônio Ferreira, para Denis, “um poeta eminentemente nacional” (p. 60); e é por escolher “um assunto verdadeiramente nacional” (p. 171) que sua tragédia *Castro* comove o público, virtude também do épico *A Ulisseia*, de Gabriel Pereira de Castro, “cujo assunto é nacional”. *Malaca conquistada*, de Sá de Meneses, valoriza-se, no parecer de Denis, por fazer a “exata pintura do caráter nacional” (p. 341), assim como procede, já no século XVII, Jacinto Freire de Andrade, cuja obra estimula “um espírito verdadeiramente nacional” (p. 358).

“Espírito nacional” é expressão recorrente em *De la littérature*, de Madame de Staël (1991, p. 128), confundido muitas vezes com “devotamento patriótico”, competindo aos escritores encontrá-lo, pintá-lo e engrandecê-lo. Imbuído dessa concepção, Denis valoriza especialmente a obra de Camões, em particular *Os Lusíadas*, pois “ele preencheu o verdadeiro objetivo a que deve se propor um poeta nacional” (p. 77). Da mesma forma, “sempre nacional”, ele “encontra meio de homenagear o valor dos portugueses” (p. 113-114), ciente de que os leitores encontrarão no poema “o entusiasmo que educa e que funda o espírito nacional” (p. 115).

A confluência entre a metodologia adotada por Denis – a divisão em períodos consoante os séculos; a aproximação entre os fatos políticos e literários – e seus valores estéticos, conferindo particular distinção ao “espírito nacional”, leva-o a conceder ao século XVI o atributo de “grande século”, denominação com que até então era qualificada a época de Luís XIV no que se refere à literatura francesa⁴. Essa designação aparece em vários momentos de seu livro, referindo-se ao século XVI: “o primeiro poeta que ilustrou o grande século da literatura portuguesa é um poeta bucólico. Bernardim Ribeiro já tinha encontrado seus modelos, mas, na sequência, serviu ele mesmo de modelo aos que o sucederam [...]” (p. 35-36).

No capítulo VII, apresenta os intelectuais que fomentaram os estudos universitários e salienta a obra dos poetas Sá de Miranda e Antônio Ferreira: “Sob esses homens hábeis, os estudos passaram por uma reforma quase completa, preparando o grande século” (p. 49). No capítulo XII, analisa os “poetas que se destacaram no século XVI em diferentes gêneros de poesia” (p. 191), concluindo:

A meus olhos, há uma certa analogia, para o pensamento, entre Bernardim Ribeiro e Rodrigues Lobo. Estes dois poetas bucólicos pertencem a épocas bem diferentes, sem dúvida: um começa o grande século, o outro termina as mais brilhantes ilustrações (p. 211).

No capítulo XXI, relativo a Sá de Meneses e *Malaca conquistada*, observa que, nesse poema épico, repercutem os ecos do período anterior: “é uma das obras em que a influência do grande século mais se faz sentir: no que diz respeito à concepção, alguns letrados situam este poema logo após a epopeia de Camões” (p. 323).

A designação também é empregada enquanto parâmetro, quando se trata de qualificar positivamente a produção artística posterior. Assim, no capítulo XXV, serve para destacar a restauração das Letras em Portugal, resultante da liderança do conde de Ericeira; no capítulo XXXI, para qualificar a admiração de Francisco Manuel do Nascimento (Filinto Elísio, 1734-1819) pela obra de Ferreira. No capítulo XXXII, para estabelecer a relação entre os letrados contemporâneos e os quinhentistas.

4 No “Tableau historique, chronologique de la littérature portugaise e brésilienne...”, a identificação é explícita: “O século XVI é para os portugueses o que o século de Luís XIV é para nós” (DENIS; MANCY, 1831, p. 5).

Os trechos reproduzidos evidenciam como Ferdinand Denis concebe o período: equivale ao ponto mais elevado da trajetória da literatura portuguesa, considerando os fatos literários ocorridos entre seus inícios e as primeiras décadas do século XIX, quando sua narrativa alcança a época em que se encontra e de onde se expressa; figura como paradigma para a qualificação dos escritores: aqueles que mais se aproximam dos resultados alcançados pelos quinhentistas são considerados superiores a seus contemporâneos, os que mais se afastam são esteticamente censurados; é igualmente paradigma na medida em que incide em influência sobre os pósteros, concretizando o papel diacrônico antes referido.

O “grande século” corresponde ao preenchimento das expectativas artísticas de Ferdinand Denis. Porém, o período não é homogêneo, podendo ser traduzido por um movimento em três estágios:

1. O primeiro, caracterizado pela ascensão, corresponde ao reinado de Manuel I, quando se destacam Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão (1515?-1518?-1557).
2. O início do governo de João III (1502-1557) dá prosseguimento ao movimento de elevação. No “começo deste período” (p. 49), sobressaem-se as ações de Sá de Miranda e Ferreira, autores geminados por Denis, que reproduz o posicionamento de Bouterwek e Sismondi. Observa que os dois poetas “andam sempre juntos, como legisladores do Parnaso português” (p. 59), expressão utilizada igualmente no “Discurso Preliminar” (p. XI) e que costumava definir o lugar de Boileau na trajetória da literatura francesa. Sá de Miranda e Antônio Ferreira são, igualmente, “fundadores” (p. 59), papel inaugural também desempenhado pelo dramaturgo Gil Vicente.
3. O auge desse movimento é sumariado por Luís de Camões.
4. A queda, ou decadência, ocorre depois de Portugal perder a autonomia política. O declínio, em paralelo à ascensão, acontece em dois momentos. A primeira etapa ocorre logo após a “catástrofe” (p. 195, 207), que, contudo, ainda não interrompeu o impulso poético, embora o contamine. Por consequência, as produções poéticas assumem características específicas: “um caráter de melancolia mais pronunciado que no século precedente” (p. 207); “o estudo dos antigos se fará sentir menos; mas a observação de uma natureza estranha, a influência de acontecimentos extraordinários se mostram mais” (p. 207); “a linguagem começa a perder sua pureza” (p. 207); “por outro lado, algumas grandes obras apresentam talvez uma concepção mais original” (p. 207).

Eis por que Denis considera a época “curiosa para o estudo filosófico da literatura” (p. 207), já que, embora apresente vários sintomas de queda, oferece obras consideradas originais. Pela mesma razão, afirma que “um novo período se prepara” (p. 207), que prefere considerar de “transição” (p. 208)⁵, processada, nas suas palavras, “muito lentamente” [...], “quase no final do século XVI” (p. 208), o que justifica a introdução de uma etapa adicional em sua historiografia. A personalidade que corporifica a transição é Rodrigues Lobo, julgado por Denis “um

5 A expressão também aparece no “Tableau historique, chronologique...”: “Devemos considerar Corte Real e Rodrigues Lobo como servindo de transição entre estes dois períodos” (DENIS; MANCY, 1831, p. 5).

dos mais célebres sucessores de Camões, mas [que] aparece bem depois” (p. 208). As qualidades enumeradas são típicas, para ele, da situação que então se esboça: “[Rodrigues Lobo] viu bastante, sentiu bastante; sua poesia arrebatava; ele faz pouco para a perfeição da linguagem, e talvez se possa dizer que começa a adotar as formas novas do estilo” (p. 208).

Esse período intermediário, entre o auge e a decadência propriamente dita, é ocupado pelo exame de vários escritores, destacando-se em especial os épicos Jerônimo Corte Real (*O naufrágio do Sepúlveda*), Mouzinho de Quevedo (*Afonso africano*), Gabriel Pereira de Castro (*A Ulisseia*) e Francisco de Sá de Meneses (*Malaca conquistada*). Na sequência, Denis expõe o que constitui o segundo estágio da decadência: Portugal “caiu no poder de Castela” (p. 345), e o declínio faz-se aos poucos, chegando ao ponto, segundo ele, de os intelectuais e poetas adotarem “a língua dos vencedores, até para celebrar a pátria infortunada”, o que considera “falta de patriotismo” (p. 345). Além disso, criam um problema para o historiador da literatura: “como certos autores não souberam fazer uma escolha digna deles, não sabemos agora em qual literatura classificá-los” (p. 345), caso exemplificado por Manuel de Faria e Sousa (1590-1649), entre outros.

Ferdinand Denis propõe uma concepção de transformação organizada em degraus, conforme a sequência ascensão, apogeu e decadência, endossando uma concepção hierárquica de história que, de forma triangular, se estende dos começos primitivos ao apogeu, ponto alto de onde decai, embora não regreda à suposta barbárie inicial.

VISÃO DA HISTÓRIA E DA HISTÓRIA DA LITERATURA

A concepção de história adotada por Denis era herdeira, pois, dos conceitos formulados por ocasião da Querela dos Antigos e dos Modernos, que, ao final do século XVII, debatera os princípios que fundamentaram o resgate renascentista. Não por outra razão o vocábulo “moderno” aparece no *Résumé* com tanta frequência, significando a atualidade e opondo-se aos antigos, rejeitados seja por imitadores, seja por imitados pelos sucessores.

No “Discurso preliminar”, Denis vale-se da oposição entre antigos e modernos para anotar as falhas de *A Ulisseia*, de Gabriel Pereira de Castro, cujos prejuízos formais acabam por comprometer inclusive o caráter nacional daquele poema épico. Similar paradigma faculta valorizar a obra de Gil Vicente, cuja “genialidade não era capaz de se submeter ao jugo da imitação” (p. 153). No capítulo XI, Denis reitera sua posição, reproduzindo, de certo modo, o teor da Querela, nos termos em que se apresentou em terras lusitanas. Almejando dar a “compreender sobretudo qual era o espírito do século XVI”, conclui: “como em nossos dias, havia em Portugal um perpétuo combate entre os imitadores estritos dos antigos e os escritores originais, submetidos, entretanto, quanto ao estilo, aos autores da Antiguidade” (p. 187).

No capítulo XVIII, em que tece “considerações gerais sobre a poesia épica em Portugal”, renova as observações sobre o confronto entre a poética antiga e as exigências impostas pela modernidade. A seu ver, os autores “sentiam a necessidade de conferir um aspecto original às suas composições épicas”, mas careciam de “noções mais justas sobre o tipo de maravilhoso que convinha empregar”. Como homens de seu tempo, reagem, “mesmo sem saber”, ao apelo da “cor local”,

“pois tinham viajado”. O resultado é um confronto entre “uma admiração de tal modo exclusiva [pelos antigos], que não ousavam mudar um dos principais motivos de seus acontecimentos” (p. 261-262), de quem, todavia, se distanciam, por força de suas experiências.

No capítulo XVIII, rejeita enfaticamente a imitação, quando uma literatura já se encontra institucionalizada, como a poesia portuguesa nas primeiras décadas do século XVIII:

Há épocas em que uma imitação bem-sucedida tem quase o mérito de uma criação; é preciso ter então a genialidade de escolher, e isso ocorre quando uma literatura se institucionaliza, quando busca um ponto de apoio, quando é necessário um guia para sua juventude. Esse sistema não pode ser sempre tolerado, e reproduzir por muito tempo o que os poetas do século XVI parecem ter criado de novo é um método certo para aborrecer; a observação da natureza seria um meio seguro de inovar; mas observa-se pouco, quando há a necessidade de imitar (p. 406).

Pela mesma razão, é ainda o século XVI que se apresenta como exemplo de atitude diante da questão, já que a geração de Sá de Miranda não se limitou a copiar os antigos, devendo, pois, servir de parâmetro para os artistas do tempo de Denis.

Logo, a valorização, por Denis, do “grande século” não decorre apenas da qualidade da poesia e da prosa produzidas no período. A esses fatores positivos ele soma a circunstância de que Camões e seus contemporâneos tornaram-se um paradigma para o presente, um exemplo do modo como os escritores atuais, à época de Denis, deveriam proceder. Por consequência, a história da literatura que o autor do *Résumé* pratica mostra-se não apenas retrospectiva, mas também prospectiva, enquanto parâmetro para os tempos subsequentes.

A comparação com o posicionamento diante do mesmo objeto por parte de Joaquim Foios (1733-1811) colabora para o entendimento do modo como Ferdinand Denis reflete sobre o passado e exercita a história da literatura. Examinando a poesia de “Francisco de Sá de Miranda, Antônio Ferreira, Luís de Camões, Diogo Bernardes, Fernão Álvares do Oriente, Francisco Rodrigues Lobo e Manuel da Veiga”, sendo que “os primeiros cinco poetas escreveram no século XVI, e os dois últimos no princípio do século seguinte”, o representante da Academia Real das Ciências conclui: em seus versos, “lemos não só partes admiráveis, mas élogos inteiras escritas com grande perfeição e que podem competir com o melhor da Antiguidade” (FOIOS, 1792, p. 6-7).

A avaliação de Foios é característica de um adepto dos antigos, ao destacar que aqueles rivalizam com a Antiguidade, descartando tanto a hipótese de colocá-los em certo tempo histórico, com o qual se relacionam, quanto a noção de que a criação de seus eleitos resulta das transformações sofridas pela arte literária. Denis adota outro procedimento: analisa os autores, levando em conta as articulações temporais, situando o que precede e o que sucede a eles.

Entretanto, Denis não esgota sua ação nesse ponto: precisa tornar igualmente exemplar a produção cuja relevância destaca ao longo do *Résumé* dedicado a Portugal, fazendo-o então modelo de comparação não com o passado, como procede Foios, mas com o futuro. Ao prestigiar o “grande século” pelo que aparece depois dele, Denis acaba por desautorizar a história – e sobretudo a historicidade dos poetas daquele tempo e de todos os tempos.

Simultaneamente, Denis precisa harmonizar o desenvolvimento da poesia e da prosa portuguesa a seus pressupostos historiográficos, organizados a partir da noção dominante de ascensão, auge e declínio. O quinhentos, o “grande século”, parece cooperar para a comprovação da tese, já que a produção literária parece acompanhar o andamento dos episódios políticos do período: inicia-se à época em que Gil Vicente domina o palco lisboeta, estendendo-se até o falecimento de Camões, faixa cronológica marcada pelas ações expansionistas de Manuel I, João III e Sebastião. Para o raciocínio de Denis, é altamente relevante – e até conveniente – a combinação entre o desaparecimento de Sebastião, em Alcácer Quibir, a derrota ante os mouros marroquinos, a perda, por Portugal, da autonomia política, e a morte de Camões, já que acentuam a coincidência entre fatos históricos e desdobramentos literários, tal como queria Ginguéné. Não por outra razão já em *Camões e José Índio* (DENIS, 1824), ele explora a concomitância entre a vida e morte do poeta, e a ascensão e queda do império lusitano, reiterando a posição expressa pelo Morgado de Mateus (1758-1825), na “Vida de Camões”, que precede a edição de 1817 daquela epopeia.

O ajuste desses relógios cobra, porém, um preço, a começar pela desarticulação da cronologia. Em primeiro lugar, obriga Denis a duplicar, no interior do “grande século”, as três fases que identifica na trajetória da literatura portuguesa. Assim, o quinhentos expõe três momentos distintos, desde o aparecimento dos “fundadores” – Sá de Miranda e Ferreira – até a produção literária imediatamente posterior à morte de Camões. Eis por que o historiador introduz um período intermediário, dominado sobretudo pela figura de Rodrigues Lobo, antes da derrocada final.

Essa providência, porém, não basta, requerendo então outra medida – a renúncia à temporalidade, quando são ignoradas as proximidades biográficas entre, por exemplo, Ferreira, Camões, Bernardes, Andrade Caminha e Corte Real, que, nascidos entre 1520 e 1530, viveram circunstâncias históricas similares. Contudo, por razões de princípio e de ordem metodológica, eles estão alocados em capítulos e fases distintas da literatura portuguesa.

Há ainda outro preço a pagar: a contradição entre a teoria e sua aplicação.

Como se observou, o “grande século” responde pelo “moderno”, sendo que a representação mais ostensiva dessa modernidade precisa necessariamente repousar sobre o ponto alto do período. Constituem expressão do moderno os esforços dos épicos em atualizar os modos de produzir poemas sem recorrer à mitologia greco-romana e ao politeísmo da Antiguidade clássica. De modo similar, pertence à modernidade a manifestação do caráter nacional e da cor local. Contudo, nem sempre é Camões o melhor exemplo desses resultados, mas seus sucessores, como Rodrigues Lobo. Não é com naturalidade que Denis reconhece esses resultados, optando por tergiversar ou por atribuir a contradição ao período, e não a seus princípios historiográficos.

A modernidade dos autores quinhentistas decorre de fatores como: a presença do espírito ou caráter nacional; a não subordinação integral às regras dos antigos, como o apelo à mitologia greco-latina; o emprego da língua portuguesa. Por sua vez, a modernidade do pensamento historiográfico de Ferdinand Denis obriga-o a entender o passado da literatura portuguesa conforme o processo de amadurecimento que mimetiza o crescimento humano. Assim, identifica a decadência no século XVII e parte do século XVIII, bem como as iniciativas na direção do progresso, a partir da segunda metade do século XVIII, evidenciando a

coincidência desse tempo com a época de escrita da história literária por parte do pesquisador francês, de que advêm o reconhecimento e a aprovação dos méritos da atualidade.

O problema posto a Ferdinand Denis diz respeito ao modo como conciliar pressupostos distintos e contrários. A solução é transferir as contradições para o “grande século”, que se converte no negativo de si mesmo: ele é moderno na época em que os criadores atuaram, e é antigo no presente do historiador. Portanto, pode ser valorizado, mas não pode ser imitado, a não ser enquanto atitude – a de negação da imitação, como fizeram os artistas daquele tempo.

Gênero que deve sua gênese à consciência da modernidade, a História da Literatura traz consigo contradições que se devem a seu esforço em sintonizar a necessidade de recuperar o passado com a imperiosidade de privilegiar o presente. A História da Literatura é redigida desde o presente para colocar-se como seu avalista, abonando as manifestações contemporâneas do tempo do historiador, caso contrário, mostrar-se-á nostálgica, passadista e antimoderna. Ampara-se na cronologia, que, em progressão contínua ou movendo-se por avanços e recuos, invariavelmente desemboca na época e no lugar de onde se expressa o sujeito que a escreve.

O *Résumé*, de Ferdinand Denis, traduz, assim, não apenas suas próprias contradições, mas também as aporias do gênero a que a obra pertence. Examiná-lo é evidenciar os problemas com que se depara e as soluções que acredita ter encontrado. É igualmente compreender a recepção de que foi objeto o principal período da Literatura Portuguesa até a época em que a História da Literatura se constituía e se institucionalizava, recepção que não foi exclusiva de Ferdinand Denis e de seus contemporâneos, mas que permanece viva no modo como nos posicionamos perante um passado que pode parecer antigo, mas que foi compreendido como moderno.

FERDINAND DENIS AND THE 16TH CENTURY – THE MODERN IN DISPUTE

Abstract: *Ferdinand Denis, in Résumé de l’histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l’histoire littéraire du Brésil, deals with the criteria that guide the historiography of literature in the early nineteenth century: the periodization in centuries, the acknowledgment of the national character, the emphasis on local color. In analyzing the literature of the sixteenth century in Portugal, which he considers the “great century”, a designation that emulates the “grand siècle” of French Classicism, Denis exposes his conception of history and history of literature, defined simultaneously by the principles of modernity and model to be followed by the poets.*

Keywords: *National character. Periodization. Modernity.*

REFERÊNCIAS

- BOUTERWEK, F. *History of Spanish and Portuguese literature*. Londres: Boosey and Son, 1823. v. II.
- DENIS, F. Camoens et Jozé Indio. In: DENIS, F. *Scènes de la nature sous les tropiques et de leur influence sur la poésie*. Paris: Louis Janet, 1824.

- DENIS, F. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris: Lecointe et Durey, Libraires, 1826.
- DENIS, F.; MANCY, A. J. de. Tableau historique, chronologique de la littérature portugaise e brésilienne depuis son origine jusqu'à nos jours. In: DENIS, F.; MANCY, A. J. de. *Atlas historique des littératures, des sciences et des beaux-arts*. Paris: Jules Renouard, 1831.
- FIKER, R. *Vico, o precursor*. São Paulo: Moderna, 1994.
- FOIOS, J. de. Sobre a poesia bucólica dos poetas portugueses. In: *Memórias de literatura portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1792. t. I.
- GARRETT, A. *Parnaso lusitano*. Paris: J. P. Aillaud, 1826. v. I.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- HAZARD, P. *The european mind 1680-1715*. Tradução J. Lewis May. Harmondsworth: Penguin University Books, 1973.
- HERDER, J. G. von. *Ensaio sobre a origem da linguagem*. Lisboa: Antígona, 1987.
- JAUSS, H. R. Literarische Tradition und gegenwärtiges Bewusstsein der Modernität. In: STEFFEN, H. *Aspekte der Modernität*. Göttingen: Vandenhoeck u. Ruprecht, 1965.
- JAUSS, H. R. *Literaturgeschichte als Provokation*. Frankfurt: Suhrkamp, 1970.
- JAUSS, H. R. Geschichte der Kunst und Historie. In: KOSELLECK, R.; STEMPPEL, W.-D. *Geschichte: Ereignis und Erzählung*. München: Fink, 1973.
- LUCKÁCS, G. *La novela histórica*. México: Era, 1966.
- SISMONDI, J. C. L. Simonde. *De la littérature du midi de l'Europe*. Paris: Treuttel & Würtz, 1813. v. 4.
- STAËL, M. de. *De la littérature*. Édition établie par Gérard Gengembre et Jean Goldzink. Paris: GF Flammarion, 1991.
- WHITE, H. *Tropics of discourse: essays in cultural criticism*. 2. ed. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1986.
- WILLIAMS, R. *The long revolution*. Londres: Pelican, 1980.

Recebido em março de 2014.

Aprovado em julho de 2014.